

A VITÓRIA DE FERNANDO COLLOR NA ELEIÇÃO DE 1989 EM MARINGÁ

Luiz Miguel do Nascimento¹

Resumo. Este texto tem como objetivo discutir a eleição presidencial de 1989 em Maringá-PR, destacando alguns aspectos que possam contribuir para explicar a expressiva vitória de Fernando Collor de Mello no município. Para tanto, serão analisadas as opiniões de representantes da classe empresarial e da classe política, além da opinião de parcela da população manifestada na imprensa local mediante entrevistas e enquetes eleitorais. Trata-se de uma tentativa de entender como esses segmentos da sociedade maringaense viram e participaram daquela importante eleição no final da década de 1980.

Palavras-chave: eleição presidencial; participação política; Maringá.

THE 1989 BRAZILIAN PRESIDENTIAL ELECTION IN *MARINGÁ*

Abstract. An analysis of the 1989 Brazilian presidential election in *Maringá* PR, Brazil is provided. Several aspects which contributed towards Fernando Collor de Mello's landslide victory in the municipality will be discussed. The participation of local entrepreneurs, political leaders and the population as a whole will be studied. Thus, the way the above segments of society in *Maringá* perceived and participated in that important election dispute of the late 80s will be analyzed.

Key words: election; political participation; *Maringá*.

À guisa de introdução, gostaríamos de fazer um breve comentário a respeito da perspectiva teórica e metodológica que orientou esta discussão sobre a vitória de Fernando Collor na eleição presidencial de 1989 em Maringá. Neste texto não adotamos os métodos da história política tradicional, que, na opinião de Jacques Julliard consistiam “ em enfiar no fio de um tempo maravilhosamente liso e homogêneo os acontecimentos-pérolas de todos os calibres: batalhas e tratados,

¹ Professor doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). e-mail: lmiguel@wnet.com.br

nascimentos e mortes, reinos e legislações”. Em contraposição a tudo isso, a nova história política que utilizamos como referência neste trabalho está mais aberta para a abordagem social dos fenômenos, para a ação dos grupos, e não apenas de indivíduos isolados, (JULLIARD, 1988, p. 180-181) .

Cabe salientar também que a proximidade temporal de um tema como este obriga o historiador a pensar nos problemas que pode enfrentar no estudo de processos históricos recentes. Desse modo, embora não tenhamos a pretensão nem espaço para aprofundar a discussão desta questão no presente texto, assinalamos que algumas reflexões sobre a história do tempo presente alertam para a complexidade de estudarmos acontecimentos muito próximos, em meio a testemunhas vivas que podem vigiar, ou mesmo contestar o pesquisador. Concordamos, todavia, com Chartier (1998, p. 215-218), quando afirma que a contemporaneidade do historiador com o seu objeto de estudo permite superar a descontinuidade que costuma existir entre seu aparato intelectual, afetivo, psíquico e o dos homens e mulheres cuja história narra. Portanto, desde que o pesquisador consiga manter uma postura crítica no desenvolvimento do seu trabalho, esses aspectos podem auxiliar na compreensão da realidade estudada.

Em termos de documentação, a discussão desenvolvida no texto está baseada na imprensa local. Há muito se sabe tratar-se de uma fonte que, quando utilizada com os devidos cuidados metodológicos, pode fornecer valiosas informações para o estudo da história política. Como bem argumentou Heloisa de Faria Cruz (2000, p. 19-20), se analisarmos o jornal “como prática social e momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar”, veremos que “o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa”. Naturalmente que esse intrometer-se da população nas páginas impressas não ocorre de forma espontânea, mas sob o filtro ou o controle dos jornais. A bem da verdade, as publicações comerciais regidas pelo interesse no lucro procuram ostentar certa neutralidade e imparcialidade, na tentativa de dissimular os conteúdos ideológicos emitidos. No entanto, no próprio processo de seleção dos temas a serem observados na sociedade, bem como na sua filtragem no momento da edição - seja através da omissão, seja da projeção ou redução da notícia - o jornalismo moderno sempre está emitindo a sua opinião, a sua concepção ideológica (MELLO, 1994, p. 8-69). Em outras palavras, as matérias, com frequência, são editadas em função de interesses bem-demarcados pelas forças sociais com as quais os jornais acabam estabelecendo relações, muitas vezes de dependência.

Desde que se adotem essas precauções, a análise das falas e das enquetes que aparecem nas páginas dos jornais locais pode fornecer uma boa noção de como as pessoas participaram da eleição presidencial de 89, em Maringá. Em algumas matérias conseguimos perceber as suas expectativas em relação àquele processo eleitoral: suas preferências políticas - às vezes, temos acesso às intenções de votos dos entrevistados, e até mesmo em quem efetivamente votou - como percebiam ou participavam da política e o que achavam de alguns dos principais problemas da época.

Outrossim, antes de entrarmos na discussão da eleição presidencial em Maringá, faz-se necessário dizermos algumas palavras sobre o contexto histórico em que ocorreu aquela disputa eleitoral, a fim de que possamos entender alguns elementos que influenciaram o comportamento de muitos eleitores naquele momento em nosso país. Observamos que essas considerações têm como base as reflexões que desenvolvemos no primeiro capítulo da nossa tese de doutorado intitulada *Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá*.

Em 1989, já haviam se passado vinte e nove anos sem a realização de eleições diretas para presidente da República; a última fora em 1960. A maioria do contingente eleitoral daquele final de década nunca tinha votado em um mandatário da Nação. Foram vinte e um anos de ditadura militar, em que os generais, escolhidos pelos seus pares, revezavam-se nesse posto de comando. Mesmo as eleições para os governos estaduais haviam sido interrompidas, arbitrariamente, em 1966, só retornando em 1982, quando já estava em curso o processo de abertura política. Foi, portanto, um período em que a sociedade brasileira perdeu muitos dos seus direitos: liberdade de expressão, de opinião, e de voto para os principais cargos do executivo. A participação político-eleitoral ficou restrita às prefeituras - com exceção das capitais, das cidades consideradas de segurança nacional - e aos cargos parlamentares.

Não obstante, como boa parte dos estudos de ciência política tem destacado, a partir de meados da década de 1970 começou a existir uma oposição consistente dos setores mais pobres da população do País ao regime militar, particularmente nos grandes centros urbanos. Esse processo se manifestou de forma mais explícita pela primeira vez com a grande vitória do MDB - único partido de oposição permitido pelo regime - na eleição legislativa de 1974. De forma esquemática e simplificada, podemos dizer que todo esse movimento de insatisfação e esperanças de mudanças da população, que teve no MDB o principal

canal de expressão até meados dos anos 1980, culminou no movimento das Diretas-Já em 1984, e na chamada “Nova República”², com a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República, por meio de um Colégio Eleitoral, em 1985. Como dissemos, com a morte de Tancredo antes de tomar posse, o seu vice, José Sarney, assumiu a residência da República sem a necessária legitimidade para o exercício do cargo, além de lhe faltar vontade política para realizar as reformas tão esperadas pelas camadas populares. Diante desse cenário, o seu governo foi um fracasso; no final do seu mandato a inflação chegou à casa dos 80% ao mês. Neste sentido, para a maioria da população a transição política brasileira, ou redemocratização, representada pela “Nova República”, foi interpretada como um logro, um grande engodo.

Lendo boa parte da literatura sobre o tema, percebemos a existência de um consenso na maioria dos estudos que discutiram a eleição presidencial brasileira de 1989 quanto à definição do cenário político, econômico e social em que transcorreu aquela campanha eleitoral. De um modo geral, o País atravessava uma grave crise econômica, com a inflação chegando a 80% ao mês, após vários programas de estabilização da economia. Existia uma insatisfação muito grande, por parte da população, com o governo Sarney, o PMDB e os políticos. Estes eram considerados desonestos, corruptos, que só defendiam os seus próprios interesses, os dos parentes e dos amigos. Aliás, a corrupção, é bom que digamos, era considerada um dos principais problemas do Brasil, na época. Da mesma forma, a maioria das pessoas não acreditava nas instituições, particularmente no Congresso e nos partidos; mesmo o Estado havia perdido credibilidade, e os funcionários públicos, com raras exceções, eram considerados marajás.³ Assim, os

² “Nova República” foi o nome dado ao processo de redemocratização do País, com o fim da ditadura militar, e a passagem do poder aos civis. Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito Presidente da República por um Colégio Eleitoral em 1985, tendo como vice José Sarney, egresso do PDS. Na verdade, essa transição foi feita sob a égide de um acordo político profundamente conservador, que na essência mascarava o continuísmo das estruturas políticas de mando, sob a capa de um verniz democrático. Para piorar a situação, Tancredo Neves, em quem a população parecia depositar confiança e esperança, faleceu antes de tomar posse no cargo. Naquelas circunstâncias, Sarney assumiu a Presidência da República sem nenhuma legitimidade política para governar a Nação. De outra parte, as Diretas-Já foi uma das maiores mobilizações sociais e políticas do País, que atingiu seu auge em 1984. O objetivo do movimento era conquistar a aprovação da emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira, que propunha eleição direta para presidente da República em 1985.

³ Título dos príncipes ou potentados da Índia. No Brasil, significa homem muito rico, ou pessoa que exerce ou exerceu cargo público e recebe salário vultoso.

sucessivos fracassos da “Nova República” - capitaneada por Sarney e Ulisses Guimarães - em resolver os problemas básicos da população pobre do País, fizeram com que todo o manancial de esperanças depositado por essa gente no processo de transição política do Brasil se transformasse em uma frustração muito grande com os políticos. Como observaram Sallum Jr. & Graeff (1990, p. 71), todos os que, de alguma forma, foram identificados como responsáveis pela situação em que o País se encontrava, foram reprovados nas urnas daquele final de década. Foi nesse barro que se moldaram as imagens dos candidatos que se destacaram nas preferências dos eleitores no primeiro turno. Podemos acrescentar que essa parece ter sido a orientação geral para a maioria dos votantes no segundo turno.

Como é possível percebermos, esse contexto, resumido brevemente, é indispensável para compreendermos a eleição de 1989; se ele não condicionou, ao menos influenciou de forma significativa as percepções e ações da maioria das pessoas que participaram daquele processo eleitoral. Fernando Collor, por exemplo, ainda em 1988 encomendou uma pesquisa de opinião pública para saber o que a população esperava do futuro presidente da república; de posse desses dados com as expectativas populares, encenou, com muita habilidade, o perfil de candidato que os entrevistados desejavam: político jovem, enérgico, desvinculado dos políticos profissionais, que combatesse os marajás e a inflação. Naturalmente, Collor contou com o apoio da grande mídia nacional para ser bem-sucedido no desempenho desse papel, mas mesmo assim não podemos subestimar a assertiva de seu diagnóstico sobre os sentimentos da população em relação à situação do País, tampouco as suas qualidades de ator para representar o papel que convenceu os seus eleitores.

A propósito, uma enquete realizada pelo jornal O Diário do Norte do Paraná em fevereiro de 1989 em Maringá apurou que as principais qualidades que os eleitores esperavam do futuro presidente eram: honestidade, segurança, energia e nacionalismo. Excetuando-se o nacionalismo, esses outros elementos compõem a imagem que Collor procurava transmitir e, em contrapartida, estavam ausentes da imagem que as pessoas tinham do presidente José Sarney e da maioria dos políticos da época. Compreendemos, assim, que o *marketing* de Collor, tanto em Maringá quanto em outras partes do País, pode ter sido bem-sucedido porque foi ao encontro das expectativas e anseios arraigados na população. Dessa forma, temos fortes indícios de que o

descontentamento com o governo Sarney, com os partidos e os políticos também foi um grande cabo eleitoral de Fernando Collor no município.

Ainda com base na enquete do Jornal O Diário do Norte do Paraná - de particular interesse, porque entrevistou cinquenta pessoas em vários bairros de Maringá - é importante destacarmos os principais problemas que o novo presidente teria que enfrentar, na opinião dos eleitores. Em termos de prioridades, os assuntos que deveriam ser resolvidos com mais urgência foram mencionados na seguinte ordem: a inflação era o principal problema para 16 pessoas, e a corrupção era a segunda preocupação para 13 pessoas; na seqüência, a política educacional recebeu 9 indicações, a política salarial recebeu 7 indicações, o déficit, a saúde e a dívida externa receberam 5 indicações cada, a geração de emprego recebeu 4 indicação, a política habitacional recebeu 3 indicações e a marginalidade recebeu 2 indicações. (GOMES, 1989, p. 9)⁴.

Muitas leituras poderiam ser feitas sobre o resultado dessa enquete, mas para nossos propósitos neste texto é suficiente uma rápida comparação desses dados com a opinião que alguns representantes da classe empresarial de Maringá manifestaram na imprensa a respeito da situação do país. Excetuando a inflação e a corrupção, os demais problemas mencionados pela população local naquele momento parece que não faziam parte das suas preocupações básicas; ou, ao menos, não foram explicitados nas páginas dos jornais. Tal constatação pode ser observada na fala de um empresário entrevistado pelo Jornal O Diário do Norte do Paraná, após a vitória de Fernando Collor, no segundo turno. Segundo o periódico, tratava-se de um dos empresários mais atuantes de Maringá, considerado uma das “cobras pensantes” em todas as áreas: política, economia, etc. Esse homem de negócios esperava que Collor colocasse o Estado no seu devido lugar, tornando-o mais eficiente. Na sua visão, o governo deveria ser tirado da atividade produtiva, deixar de ser estado empresário, e dar mais possibilidades para a iniciativa privada desenvolver a economia (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2). Desse modo, baseando-se nas suas convicções liberais, o empresário em questão parecia estar otimista com as possibilidades da economia de mercado para a sua classe, mas não fazia nenhuma menção explícita aos outros problemas do País.

Às vésperas da votação para o primeiro turno da eleição, outro empresário maringaense também acreditava que a mensagem de Collor

⁴ Segundo o próprio jornal, algumas pessoas citaram mais de um desses problemas como suas preocupações; no entanto esses casos não foram registrados pelo periódico.

era transparente, de renovação, com idéias para renovar o Brasil em todos os sentidos; na sua opinião, ela havia sido assimilada pelo povo brasileiro. Ele afirmava que Collor moralizaria o País, fazendo com que os brasileiros voltassem a viver com dignidade, democraticamente; além disso, daria ordem à inflação, à corrupção e ao desmando político que vinha sendo responsável pelo baixo nível de vida da população. Argumentava que o brasileiro queria um homem capaz de conduzir os destinos da nação ao encontro da grandeza que ela representava. Para ele, os donos do poder da época não faziam mais do que inflacionar a economia, criando problemas aos que produziam, desestimulando agricultores e penalizando todos os brasileiros (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 3).

Em um discurso como esse, publicado a poucos dias do primeiro turno da eleição, fica clara a preferência política desse empresário, haja vista a presença de alguns *slogans* da campanha de Fernando Collor em sua fala. Assim, não podemos descartar a possibilidade de que esse e outros empresários também se tenham deixado levar pelo *marketing* do candidato, que ficou conhecido como caçador de marajás. Falas como essas nos alertam para o fato de que, além das camadas populares, pessoas de categorias sociais privilegiadas também podem ter se enganado com Fernando Collor, acreditando em suas promessas.

De modo geral, muitos empresários de Maringá, julgamos pelas falas e ações de alguns dos seus representantes que apareceram na imprensa, seguiram a mesma tendência do empresariado nacional, que optou pelo campo político conservador, apoiando Fernando Collor, a partir do momento em que ele assumiu a liderança nas pesquisas de opinião pública no mês de junho de 1989. A bem da verdade, alguns representantes dessa classe social local não assumiram publicamente suas opções políticas no segundo turno da eleição; quando eram entrevistados, preferiam não opinar, ou consideravam o momento inoportuno para expressarem uma opinião. Um deles argumentou que era mais democrático deixar o povo decidir, sem pressão; preferia não opinar sobre os candidatos para não influenciar em nada quem quer que fosse (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2). Nesse caso, não temos informação sobre quem eram esses empresários entrevistados; a única coisa que percebemos é que esses homens de empresa preferiram não se manifestar abertamente a respeito de nenhum dos candidatos. Talvez pelo temor de que uma opção política pudesse, de alguma forma, interferir em seus negócios, ou por alguma outra razão que não sabemos.

No entanto, existem fortes evidências de que um grande número de empresários local apoiou Fernando Collor, como veremos na sequência.

Segundo a imprensa, um grupo de empresários de Maringá, que passou a ser denominado como “grupo dos 11”, foi responsável pela organização de uma grande estrutura na cidade e na região para dar apoio político eleitoral a Fernando Collor. Inicialmente, três de seus membros levaram ao candidato, em Alagoas, uma proposta de trabalho junto ao eleitorado de 16 a 35 anos de idade em cerca de quarenta municípios da região de Maringá; além disso, apresentaram-lhe também um dossiê com a potencialidade econômica regional. Esses homens retornaram de Maceió com a incumbência de instalar uma Frente Pela Mobilização e Reconstrução do Brasil, em Maringá, de caráter suprapartidário, ligada à candidatura de Collor. Com o mesmo intuito, fundaram um escritório no município para aglutinar forças interessadas em apoiá-lo, independentemente de partidos. Na época, noticiava-se que eles passaram a receber a adesão de um grande número de empresários, políticos, agropecuaristas, profissionais liberais, estudantes, etc., de toda a região Norte e Noroeste do Paraná. O escritório que montaram estava ligado à coordenação nacional de campanha do PRN,⁵ (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, edições dos dias 9/5, p. 2; 13/5, p. 1; 4/6, p. 3; e 11/6, p. 31).

A Frente tinha como objetivo assumir a missão de promover por todos os meios o saneamento moral da política e do poder público no Brasil, lutando por um país moderno, livre, justo e soberano. Seus compromissos fundamentais eram: 1) a reconstrução da política; 2) a reconstrução econômica; 3) a reconstrução da convivência social; 4) a reconstrução moral. Segundo o grupo, a reconstrução moral era pré-requisito para todas as demais tarefas que enfrentava a sociedade brasileira no campo político, econômico e social (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 7). Observamos que, apesar da declaração de se tratar de um movimento suprapartidário, na verdade a Frente estava ligada ao PRN na cidade. Basta lembrarmos que a palavra reconstrução, presente na sigla do partido, aparece nos seus principais compromissos, e o maior mote da campanha de Collor, a ênfase na moralização da política, também está presente.

⁵ Partido da Reconstrução Nacional (PRN) foi criado por Fernando Collor às vésperas da eleição de 1989 para disputar a presidência da República. Como se percebe, naquele momento, o partido praticamente inexistia enquanto estrutura partidária nacional e nem mesmo local.

No que diz respeito à atuação das lideranças políticas locais, da mesma forma, ao que tudo indica, muitos políticos da cidade também apoiaram Fernando Collor. Entretanto, antes de comentarmos essa questão, convém ressaltar uma característica peculiar daquela disputa eleitoral. A eleição presidencial de 1989 foi solteira, no sentido de que o único cargo político em disputa era o da Presidência da República, e nenhum outro mais. Por essa razão, alguns estudiosos do assunto salientaram que a influência dos partidos ou das lideranças políticas locais teria sido muito pequena. Essa idéia parece ser corroborada quando observarmos que aquela eleição evidenciou, de forma contundente, a fragilidade dos partidos políticos no Brasil. Tanto é verdade que Collor, a exemplo do velho estilo populista, prescindiu dos partidos e lançou um apelo direto ao eleitorado mais pobre, os “descamisados”, como ele os chamava (SINGER, 1990, p. 151).

Todavia, apesar da importância dessa questão para entendermos aquele processo eleitoral, ela deve ser relativizada. É possível afirmarmos que a própria fragilidade dos partidos políticos no Brasil pode ser uma explicação para a importância do apoio que muitas lideranças políticas locais deram a Fernando Collor naquela eleição. Nunca é demais lembrar que, enquanto o candidato rejeitava publicamente as alianças políticas, elas ocorriam às escondidas, por debaixo do pano, como diziam seus adversários. A partir do momento em que Collor assumiu a liderança absoluta nas pesquisas de opinião pública sobre intenções de votos, em meados de 1989, um grande número de políticos passou a lhe oferecer apoio, e muitos se filiaram ao seu partido, o PRN. Os candidatos dos maiores partidos políticos do Brasil, na época, Ulisses Guimarães, PMDB, e Aureliano Chaves, PFL, ficaram órfãos de apoio de muitos dos seus correligionários, e suas candidaturas agonizaram até a derrota, em 15 de novembro de 1989.

Essa tendência nacional não foi diferente em Maringá. O deputado estadual pelo município Antônio Bárbara, PMDB, renunciou ao seu partido em 6 de maio de 1989 para se filiar ao PRN.⁶ No seu discurso, proferido na Câmara Municipal da cidade, alegou que iria ajudar um jovem a reconstruir a nação moralmente. Esse parlamentar

⁶ Em junho de 1989, o jornal O Diário do Norte do Paraná informou que o governador do Paraná, Álvaro Dias, PMDB, iria perder a maioria na Assembleia Legislativa do Estado com a saída dos deputados Ferrari Junior – PMDB de Maringá - Antônio Bárbara, Luiz Carlos Alborghetti, Amélia Hruschka e Hermes Brandão, o único que ainda não havia se filiado ao PRN. Fora Brandão, todos os demais eram mdebistas que se filiaram ao PRN (O Diário do Norte do Paraná, 2/6/1989, p. 2).

viria a se tornar uma das principais lideranças do PRN no Paraná (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2). Evidentemente, não é possível avaliarmos o percentual de votos que um apoio político como esse pode render a um candidato, mas certamente isso pode ocorrer quando vem de alguém com algum capital simbólico, ou prestígio junto à população. Em outras palavras, pelo menos aqueles homens públicos que não estavam desgastados politicamente perante o seu eleitorado podem ter somado votos para o candidato alagoano.

Após a eleição, por exemplo, a imprensa local afirmava que a excelente votação que Collor havia obtido no Paraná, e particularmente na região de Maringá, começaria a frutificar com o reconhecimento e justiça aos que realmente trabalharam na sua campanha, notadamente o deputado estadual Antônio Bárbara. Este montou uma grande estrutura na região, atendendo mais de 80 municípios, durante a campanha eleitoral. Para a imprensa, ele havia entendido e atendido às propostas e mensagens de Collor, sendo seu porta-voz para toda a região, o que o credenciava como lídimo representante regional do PRN, podendo, inclusive, expor uma reivindicação ao presidente eleito : “Collor não nos deixe sós” (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2). Percebemos numa matéria como essa um forte teor de reivindicação, e ela pode muito bem ter sido encomendada pelo próprio Antônio Bárbara; mas, ainda assim, evidencia claramente que ele foi um grande cabo eleitoral do novo presidente na região.

Encerrada a eleição de 1989, o presidente do PRN do PR, José Carlos Martinez, liderou uma caravana de parlamentares paranaenses que foram recebidos por Collor em sua residência no Distrito Federal. Foram os deputados Antônio Bárbara (Maringá), Luiz Carlos Alborghetti (Londrina), Ferrari Junior (Maringá), Amélia Hrushka (Campo Mourão), e David Cherugate (Cascavel). Os parlamentares foram cumprimentar o presidente pela vitória, além de discutir assuntos políticos referentes ao Estado. Segundo Bárbara, Collor recebeu a comitiva com carinho, fez referência elogiosa ao trabalho desenvolvido por sua candidatura, elogiou a estrutura que foi montada em Maringá e região, e agradeceu ao eleitorado paranaense, que lhe dera grande vitória. Para Fernando Collor, em termos de Paraná nada seria feito sem a anuência do grupo liderado pelo deputado José Carlos Martinez, a bancada do PRN na Assembléia Legislativa, e os deputados federais – além de Martinez – Basílio Vilani e Renato Johnson. O mesmo se aplicava aos cargos federais de confiança e à destinação de verbas. Collor oficializou o apoio ao deputado José Carlos Martinez para disputar qualquer cargo político, e lhe fez a seguinte

solicitação: “quero que os atuais deputados estaduais pelo PRN disputem a reeleição. Ao deputado Antônio Bárbara, particularmente, exijo a sua candidatura à Câmara Federal”. Diante dessa afirmação do presidente, Bárbara decidiu confirmar a sua candidatura a deputado federal (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2). Nesse caso, tratava-se dos agradecimentos de praxe do presidente eleito a todos aqueles que o haviam apoiado, mas chama a atenção o reconhecimento de Collor a Antônio Bárbara e seus elogios à estrutura política montada em Maringá e região por ele. Assim, estamos diante de mais evidências a respeito da importância do parlamentar em questão para a campanha eleitoral de Collor na cidade.

O mesmo pode ser dito sobre o deputado estadual Ferrari Junior, PRN de Maringá, ex. PMDB. Ele foi o coordenador da campanha de Collor no Paraná, ficando encarregado de instalar diretórios do PRN em 40 municípios da região, área de influência dele e de Antônio Bárbara (Jornal o Diário do Norte do Paraná, 1989, edições dos dias 23/8, p. 2; e 2/6, p. 2). Parece não haver dúvidas, portanto, de que Ferrari Junior foi outro importante cabo eleitoral regional do presidente eleito. Neste sentido, é muito provável que essas mediações, ou apoios, possam ter aumentado os dividendos políticos de Collor na cidade e região.

O legislativo de Maringá também engrossou a caravana de Fernando Collor. Ao que sabemos, foram quatro os vereadores que ingressaram no PRN. Só o PTB perdeu 2 parlamentares; O PL perdeu 1 e o PMDB perdeu o líder da sua bancada na Câmara Municipal. Além dessas filiações, certamente ocorreram outros tipos de adesão e apoio à candidatura Collor. Como informou o jornalista Jotaxavier, Ricardo Barros, prefeito de Maringá na época, só não apoiaria Collor por temer que, caso ele fosse derrotado, a sua candidatura ao governo do Estado ficaria inviabilizada (O Jornal de Maringá, 1989, edições dos dias 16/6, p. 1; 15/8, p. 2; 4/10, p. 1,; e 4/7, p. 2). Barros declarou apoio ao candidato do PL, Afif Domingos, no primeiro turno. Dessa forma, mesmo não sabendo em quem ele acabou votando no segundo turno, as suas convicções liberais nos fazem supor que Barros deve ter sido outra liderança política de Maringá a sufragar o nome de Fernando Collor.

Acreditamos que essas mediações, ou apoios políticos locais, também podem ajudar a entender a boa votação que Afif Domingos obteve em Maringá, ficando em terceiro lugar no primeiro turno. Em matéria publicada em 4 de outubro de 1989, a imprensa local afirmava que o deputado estadual Lindolfo Junior, um dos políticos mais votados na história de Maringá, havia se filiado ao PL. O Diário do Norte do

Paraná, por exemplo, afirmou que a visita de Afif ao município havia sido decisiva para o crescimento do candidato, verificado no seu instituto de pesquisas, DNP. Além disso, apontava o apoio do prefeito de Maringá, Ricardo Barros – um dos coordenadores da sua campanha no Estado - e da cúpula do PL municipal como responsáveis pelo seu crescimento. Ambos estavam afinados com o ideal da livre empresa, realidade administrativa, austeridade e opção pelas prioridades reivindicadas pela sociedade (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, edições dos dias 4/10, p. 2; 27/9, p. 2). Não é possível concordarmos com a idéia que a simples visita do candidato à cidade tenha provocado o seu crescimento nas pesquisas; se assim fosse, o mesmo teria acontecido com os demais. Provavelmente a explicação mais correta para esse desempenho pode ter sido o apoio que Afif recebeu dessas lideranças políticas do município e a eficiência demonstrada pelo seu *marketing* político nos programas eleitorais de TV, durante algum tempo.

Em relação a Paulo Maluf, o segundo candidato mais votado em Maringá no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, apesar da pouca informação de que dispomos, acreditamos que as coisas não se passaram de forma diferente. Na sua visita ao município, ele recebeu apoio do ex-prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho, que considerou a personalidade de Maluf capaz de restabelecer a autoridade no País. Além disso, na opinião do ex-prefeito, a defesa da iniciativa privada, por Maluf, impediria a repetição dos processos decepçionantes ocorridos na URSS em 1917. João Paulino ainda ressaltou que a cidade tinha uma tradição de voto conservador. O mesmo ocorreu com o presidente da Câmara Municipal de Maringá, Jamil Josepetti, que também deu apoio a Paulo Salim Maluf (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2).

Nesses exemplos citados acima, percebemos que os apoios políticos a esses candidatos conservadores eram feitos de forma pessoal; ou seja, eram os políticos, individualmente, que se comprometiam com o presidenciável A ou B. Assim, não foi possível sabermos o posicionamento oficial da maioria dos partidos políticos de direita em Maringá. Naturalmente, não é difícil deduzirmos quais foram as suas opções, mas essas nem sempre eram explicitadas publicamente. O PFL do Paraná, por exemplo, em um encontro estadual realizado em Maringá, ignorou o seu candidato Aureliano Chaves e decidiu liberar seus filiados para apoiar Collor. Ricardo Barros, filiado a esse partido na época, argumentou que se os pefelistas não fossem liberados para ingressar na candidatura de Fernando Collor, mais membros deixariam o partido e se filiariam ao PRN (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 4).

No campo político da esquerda e centro-esquerda do município, as coisas se passaram de maneira diferente. O Movimento Nacional Pró-Lula na região de Maringá, reunido em assembléia na Câmara Municipal, oficializou a criação de um Comitê Suprapartidário, responsável pela organização da campanha do candidato. Fizeram parte do Comitê os seguintes partidos: PT, PSB, PC do B, PMDB, PDT, PCB e membros do PSDB, além dos vereadores Laércio Nora Ribeiro, PTB, Aldir Cezar Mertz, PDT, Ricardo Maia, PDT, e o Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Fernando Pontes de Souza. Foi formado também um Comitê Sindical composto pelos Sindicatos dos Bancários de Maringá, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Maringá, Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Sindicato dos Servidores Públicos de Maringá, Delegados Regionais, Comitês da Juventude e de Associações de Bairros (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2). Como vemos, nem todos os partidos e políticos que compuseram esse Comitê eram de esquerda. No entanto, ao que nos parece, estavam mais próximos das forças políticas que até o final da década de 1980 eram consideradas progressistas no Brasil.

O PSDB, por exemplo, seguindo a orientação do Diretório Nacional, afirmava que participaria ativamente do Movimento Lula Presidente em Maringá. Seus militantes passariam a dividir responsabilidades políticas e financeiras, por meio do Comitê Suprapartidário, que englobava os setores progressistas da sociedade brasileira. Para Rui Faria, coordenador da campanha de Covas na cidade, o apoio vinha calçado em vinte nove anos de luta em busca de mudanças na estrutura política nacional. Reginaldo Dias, secretário do PT em Maringá, ressaltou que o apoio da militância do PSDB era imprescindível e teria efeito multiplicador no Movimento Pró-Lula. Lembrou os históricos do PMDB, que compunham, na época, a executiva nacional do PSDB, e da sua luta em defesa dos interesses do povo, além de destacar as afinidades ideológicas e de programas entre os partidos progressistas naquela campanha eleitoral (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2).

Em linhas gerais, a campanha de Lula em Maringá parece-nos que teve característica mais popular, comparada aos outros concorrentes; ela foi desenvolvida nos bairros, com a apresentação do programa do candidato, *shows* e comícios. Normalmente essas atividades contavam com a participação de lideranças locais e estaduais da Frente Brasil Popular que davam sustentação à candidatura Lula. Reginaldo Dias argumentava que, a exemplo de todo o Brasil, a campanha do candidato da esquerda na cidade não se restringiria ao rádio e TV ou aos movimentos organizados

identificados com ela. Diferentemente das campanhas dos outros presidenciais, seria mantido contato com a massa, para motivar o povo nas ruas (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, edições dos dias 1/10, p. 1; e 17/9, p. 2)

A bem da verdade, não é nosso objetivo neste texto fazer uma análise mais profunda sobre a efetiva participação dos partidos políticos progressistas e de esquerda na campanha de Lula em 1989, em Maringá. Nestes breves comentários, tivemos tão-somente o propósito de demonstrar, com base nas declarações publicadas na imprensa local, qual o posicionamento dessas forças políticas em relação ao candidato do Partido dos Trabalhadores. De qualquer forma, se a atuação da militância do PT e dos partidos que o apoiaram contribuiu para aumentar a votação que Lula obteve em Maringá, particularmente no segundo turno, ela não foi suficiente para evitar a sua derrota no município, como veremos.

No resumo que fizemos anteriormente sobre o contexto histórico da eleição presidencial de 1989, enfatizamos que o grande cabo eleitoral de Fernando Collor, naquela época, foi o fracasso do governo Sarney, um dos principais responsáveis pela maior taxa de inflação da nossa história. Com a crise econômica, a insatisfação da população em relação ao seu governo e aos políticos foi muito bem explorada pelo *marketing* de Fernando Collor. Devemos observar, todavia, que em Maringá a votação desse candidato ficou bem acima da média nacional. Como demonstramos no quadro abaixo, no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, os sete candidatos mais votados na cidade obtiveram os seguintes resultados:

RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1989 EM MARINGÁ

Collor	38.864 votos	30,82%
Maluf	23.573 votos	18,69%
Afif	16.884 votos	13,39%
Mário Covas	13.130 votos	10,41%
Lula	12.803 votos	10,15%
Brizola	8.237 votos	6,53%
Ulisses Guimarães	2.192 votos	1,74%

Fonte: GOES, Mariana Pilares *et al.* (orgs.). Paraná eleitoral. Paraná, Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, s/ data, p. 56

No segundo turno, o resultado da votação no município foi o seguinte:

**RESULTADO FINAL DA
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1989 EM MARINGÁ**

Collor	73.778 votos	59,79%
Lula	41.795 votos	33,87%

Em termos de Brasil, os números finais da eleição foram:

**RESULTADO FINAL DA
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1989 NO BRASIL**

Collor	35.089.998 votos	49,94%
Lula	31.076.364 votos	44,23%

Fonte: GOES, Mariana Pilares *et al.*, p. 253

Observamos nesses dados que Collor venceu seu adversário no segundo turno com quase o dobro dos votos em Maringá. No entanto, na votação nacional houve uma diferença bem menor do que a verificada no município, inferior a 6%. Neste sentido, como dissemos anteriormente, é provável que, além da conjuntura econômica, política e social da época, o apoio que Fernando Collor recebeu de grande parte do empresariado e de muitos políticos maringaenses pode ser uma das explicações para a sua expressiva votação na cidade. Assim sendo, pensamos que, por mais importante que tenha sido o trabalho das forças políticas progressistas e de esquerda em Maringá, não foi suficiente para neutralizar a influência do poder da elite econômica e política da cidade que apoiou a candidatura de Fernando Collor.

Só para termos uma idéia dos obstáculos que as forças políticas de esquerda de Maringá e de todo o Brasil tiveram de enfrentar, na época, basta lembrarmos que mesmo no dia da votação do primeiro turno a rede de TV OM⁷ fazia propaganda favorável a Collor. Tal fato levou o TRE a suspender sua programação em Maringá, além de outras emissoras da

⁷ O deputado federal José Carlos Martinez, ex- PMDB, e presidente do PRN no Paraná em 1989, também era diretor presidente da rede OM de Comunicações, que incluía a TV Maringá (Bandeirantes). Como vimos anteriormente, tratava-se de um político com bastante prestígio junto a Fernando Collor (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2).

rede no Estado, entre 15h30min e 17h, no dia da votação. Episódios como esses demonstram as dificuldades que as forças políticas progressistas enfrentaram na cidade naquela eleição. É, por assim dizermos, uma luta desigual, que naquele momento foi vencida com grande apoio do poder econômico. Neste sentido, temos mais um exemplo de que a plena democratização do país passa necessariamente pela democratização dos meios de comunicação de massa.

No que se refere à expressiva votação dos demais candidatos da direita à Presidência da República, Maluf e Afif, em Maringá, no primeiro turno, além do que já dissemos, vale fazermos apenas mais uma observação. Vista apenas pelo aspecto quantitativo, ela parece corroborar um argumento comum na cidade sobre uma suposta tradição política conservadora do eleitorado do município. Entretanto, observando as evidências, notamos que tal idéia não se confirma; ela parece estar mais afinada com interesses e desejos dos seus defensores do que com o comportamento político da população mais pobre. A nosso ver, não tem sentido falar em voto conservador quando se trata de eleitores das camadas populares. Investigando essa questão em nossa tese de doutorado, chegamos à conclusão de que o cidadão comum não vota de acordo com critérios ideológicos; ou seja, categorias como esquerda, direita, progressista, conservador etc, não têm referência na vida cotidiana da maioria das pessoas. Os populares votam pela insatisfação com a situação econômica e política do momento; votam naquele candidato com quem simpatizam e que, conforme acreditam, fará alguma coisa para melhorar as suas vidas, e foi exatamente essa imagem que Collor conseguiu passar com seu eficiente *marketing* político. Os eleitores votam também por influência da família, amigos/vizinhos, colegas de trabalho, igrejas, e por outros aspectos difíceis de mapear. Neste sentido, se a maioria dos eleitores de Maringá optou pelo campo político conservador, não o fez por convicções ideológicas, mas simplesmente por acreditar – e a mídia nacional e local, ao que parece, muito contribuiu para fomentar essa crença – que Fernando Collor e, para o caso do primeiro turno, Maluf e Afif, eram os melhores candidatos.

Evidentemente, encontramos falas nas páginas da imprensa local nas quais fica clara uma maior preferência ideológica nas opções políticas adotadas. Todavia, a maioria dessas pessoas não era propriamente o que podemos chamar de populares. A estudante Márcia, por exemplo, afirmava que Collor era o mais demagogo dos candidatos e apresentava um programa centrado unicamente no tema do caçador de marajás. Ela votaria em Roberto Freire, por achar que ele era o que tinha mostrado

mais os principais problemas do Brasil em seus programas, particularmente em relação à educação, à saúde e à falta de alimentos. O agricultor Antônio Pereira foi outro que apontou Freire como aquele que mais tinha feito alusões às prioridades do País. Para ele, Maluf era o mais demagogo de todos, principalmente quando falava em botar os ladrões na cadeia. Ele votaria em Lula e achava que Brizola estava certo ao dizer que Maluf, Afif e Collor eram produtos do regime militar, por representarem o continuísmo político. Da mesma forma, Nailor Marques afirmou que era por Collor por uma questão de tradição; alegou que sempre havia sido da direita, nunca havia tido preferência pela esquerda nem pela centro-esquerda; na falta de opção, ficava com Collor porque não gostava de radicalismo. Na sua opinião, a tradição do País era votar na direita. Dessa forma, percebemos que essas falas vinham de pessoas que tinham alguma noção sobre ideologia⁸ (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, edições dos dias 19/9, p. 2; e 30/11, p. 2).

É importante destacarmos que a imagem de Lula e do PT como radicais apareceu em matérias da imprensa local, e era muito comum na mídia nacional da época. No mês de setembro de 1989, o Diário do Norte do Paraná realizou entrevista com algumas pessoas na cidade de Maringá e apurou que Lula era visto como grevista e o PT não sabia administrar bem. Além disso, também eram rejeitados em função do excesso de críticas que faziam aos seus adversários. Nessa reportagem, um advogado afirmava que não iria votar no Lula porque, apesar de bem-intencionado, era radical e não tinha experiência (Jornal O Diário do Norte do Paraná, 1989, p. 2).

Como afirmamos na introdução deste texto, não devemos esquecer que os jornais podem editar as matérias de acordo com as suas conveniências; mas, nesse caso, a imagem negativa do Partido dos Trabalhadores e de seu candidato era muito freqüente na grande mídia nacional, e parece que foi incorporada por muitas pessoas em 1989. Convém lembrarmos que no final da campanha eleitoral daquele ano Collor passou a acusar Lula de ser comunista, além de dizer que o PT defendia a luta armada. Certamente não é possível sabermos o percentual de eleitores que acreditou nessa história, mas em nossa pesquisa já mencionada, encontramos pessoas que confessaram não ter votado em

⁸ Nesse caso, pensamos naquele significado fraco de ideologia que, segundo Stoppino, refere-se aos sistemas de crenças políticas: “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 9. ed., Brasília, Ed. UNB, (p. 585-597 à 1997).

Lula por acreditarem que ele era comunista. Assim sendo, é bem provável que muitos outros brasileiros também pensaram que se Luiz Inácio ganhasse a eleição, as propriedades privadas seriam invadidas e a caderneta de poupança seria confiscada, como dizia a propaganda de Fernando Collor, que contou com o apoio explícito dos principais meios de comunicação do país na época. Desse modo, a nosso ver, a atuação da mídia na eleição de Collor em 1989 ainda aguarda uma investigação mais profunda e definitiva, apesar de alguns trabalhos sobre o tema já terem sido publicados.

Neste sentido, para finalizar, gostaríamos de ressaltar que as considerações realizadas nas páginas deste texto não tiveram a pretensão de esgotar o debate sobre a vitória de Fernando Collor em Maringá; mesmo porque a riqueza de um tema como este, relativo à história política recente, poderia ser abordado de muitas outras maneiras, e outras tantas questões poderiam ser discutidas. No entanto, trabalhamos em uma perspectiva na qual privilegiamos o estudo das formas como os homens entendem e participam da vida política, particularmente em períodos eleitorais. Assim, considerando esta abordagem, esperamos que esta incursão no comportamento político de parcelas da sociedade maringaense possa contribuir, pelo menos, para o início das discussões sobre um importante aspecto da eleição presidencial de 1989 nesta cidade.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes, (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. 2ª, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ; Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2000.
- GOES, Mariana Pilares et al, (orgs.). *Paraná eleitoral*. Paraná, Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, s/d.
- GOMES, Osmar. Lula lidera enquete; Brizola em segundo. *O Diário do Norte do Paraná*, Maringá, 5 fev. 1989, p.9

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORRA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. (pág. 180-196).

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUSZYNSKI, Judith & MENDES, Antonio Manuel Teixeira. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, Bolívar, (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/ IDESP, 1990.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá. 2003. Tese de doutorado em história social defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2003.

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 9 mai. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 13 mai. 1989, p. 1

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 14 mai. 1989, p. 7

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 2 jun. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 4 jun. 1989, p. 3

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 9 jun. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 11 jun. 1989, p. 31

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 20 jun. 1989, p. 4

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 23 ago. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 7 set. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 17 set. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 19 set. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 27 set. 1989, p. 3

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 1 out. 1989, p. 1

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 4 out. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 7 out. 1989, p. 2

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 15 nov. 1989, p. 3

O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 17 nov. 1989, p. 2

- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 30 nov. 1989, p. 2
- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 2 dez. 1989, p. 2
- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 5 dez. 1989, p. 2
- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 10 dez. 1989, p. 2
- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 20 dez. 1989, p. 2
- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 22 dez. 1989, p. 2
- O DIÁRIO do Norte do Paraná, Maringá, 24 dez. 1989, p. 2
- O JORNAL de Maringá, Maringá, 16 jun. 1989, p. 1
- O JORNAL de Maringá, Maringá, 4 jul. 1989, p. 2
- O JORNAL de Maringá, Maringá, 15 ago. 1989, p. 2
- O JORNAL de Maringá, Maringá, 4 out. 1989, p. 1
- SALLUM JR. Brasílio, GRAEFF, Eduardo P. LIMA, Elisabeth Gomes de. *Eleições presidenciais e crise do sistema partidário*. In: Revista Lua Nova, São Paulo, n.20, p. 69-87, maio, 1990.
- SINGER, André. Collor na periferia: a volta por cima do populismo. In: LAMOUNIER, Bolívar, (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990. p. 135-152.
- STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 9ª ed., Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. v.1, p.585-597
- TONELLA, Celene. As eleições municipais e a política local na reedição do pluripartidarismo. In: DIAS, Reginaldo Benedito & GONÇALVES, José Henrique Rollo, (orgs.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.
- WEFFORT, Francisco Correia. *Qual democracia?* 2.ed, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.